



Simulado Preparatório para o Concurso da Polícia Civil do Maranhão

Cargos: Escrivão e Investigador

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 5h
- ✓ Banca Organizadora: CESPE
- ✓ Número de Questões: 60
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

Conteúdo Programático / Número de Questões

- Língua Portuguesa – 05
- Noções de Informática – 05
- Noções de Administração – 05
- Raciocínio Lógico – 03
- Atualidades – 02
- Direito Penal – 08
- Direito Processual Penal – 08
- Direito Administrativo – 08
- Direito Constitucional – 08
- Legislação Especial – 08

Importante

O simulado é feito com muito carinho e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

Este simulado está sendo disponibilizado gratuitamente!

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

O Policial Civil tem o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Policiais geralmente trabalham em regime de escala, muitas vezes configurada em 12h de serviço e 36h de folga (olha que tempo bom pra descansar!)

Durante o curso de formação, você aprenderá noções de direito, primeiros-socorros, manuseio de armamentos e outros tópicos importantes, além de portar aquela distintivo misterioso.

A remuneração do recém formado está na casa dos R\$4,5 mil reais.

Bom Simulado!

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 1 a 3)

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desigualava-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

1. Compreende-se do texto que o ser humano tem direito

- de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.
- de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.
- de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.
- à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.
- a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

2. Em cada uma das opções a seguir é apresentada uma proposta de reescrita do segundo parágrafo do texto. Assinale a opção em que a proposta de reescrita mantém o sentido e a correção gramatical do referido texto.

- É em torno da substância que é o direito à vida que todos os direitos combinam-se, desdobram-se, somam-se

para que o sistema se aproxime cada vez mais da ideia concretizável de justiça social.

b) O direito à vida é substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para o sistema ficar cada vez mais próximo da ideia de justiça social que se concretiza.

c) O direito à vida é a substância em cujo torno todos os direitos conjugam-se, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia de justiça social concretizável.

d) É o direito à vida componente pelo qual todos os direitos são conjugados, desdobrados e somados para que o sistema fique cada dia mais aproximado da ideia de concretização da justiça social.

e) O direito à vida é a matéria em volta de quem os direitos se conjugam, desdobram-se e somam para a ideia concretizável de justiça social ficar mais próxima do sistema.

3. No texto, o período “Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça” (l.13 a 15) expressa

- um pedido.
- um anseio.
- um compromisso.
- uma condição.
- uma frustração.

4. Assinale a opção em que foram atendidas as regras de emprego ou de omissão do sinal indicativo de crase.

- A escolha de ser professor é comparável a ação de colocar a cabeça dentro da boca de um leão.

- b) Com relação a constante necessidade de atualização, o professor manifestou seu desagrado ao diretor da escola.
- c) Perguntaram àquela professora se ela iria mesmo colocar a cabeça dentro da boca de um leão.
- d) Devido a rachadura abaixo de uma das janelas, à frente da escola havia sido totalmente restaurada.
- e) Naquela escola, o professor experimentou a incrível sensação de transmitir conhecimento útil à pessoas em formação.

5. O elemento sublinhado tem valor causal em:

- a) Os propósitos nos devolvem a autoria da vida.
- b) Liberdade seria, portanto, sinônimo de decisão.
- c) Talvez seja isso que torna tão difícil cumprir propósitos de Ano Novo.
- d) Sem história e sem passado, quem seríamos?
- e) Somos livres quando, ao agir, recomeçamos.

Noções de Informática

6. O sistema operacional Microsoft Windows disponibiliza uma pasta que contém um conjunto de ferramentas para a configuração e a personalização do ambiente, além de alguns dispositivos, como a instalação e a desinstalação de programas, a configuração de redes e Internet, a realização de becape etc. Essa pasta é conhecida como

- a) Área de transferência.
- b) Painel de Controle.
- c) Windows Explorer.
- d) Barra de tarefas.
- e) Área de trabalho, ou desktop.

7. Redes de computadores modernas utilizam a pilha de protocolos TCP/IP para acesso à Internet. Assinale a opção em que os protocolos apresentados são todos da camada de aplicação do TCP/IP.

- a) TCP e IMAP
- b) UDP e SMTP
- c) IMAP e SMTP
- d) UDP e SNMP
- e) IP e SNMP

8. Para responder uma mensagem de correio eletrônico e, simultaneamente, encaminhá-la para todos os endereços de email constantes no campo Para: (ou To) e no campo Cópia: (ou Copy) no cabeçalho da mensagem recebida, o usuário deve utilizar a opção

- a) encaminhar mensagem.
- b) encaminhar mensagem para todos os destinatários.
- c) responder para todos.
- d) responder para o remetente.
- e) responder com cópia oculta.

9. Serviços de cloud storage (armazenagem na nuvem)

- a) aumentam a capacidade de processamento de computadores remotamente.
- b) aumentam a capacidade de memória RAM de computadores remotamente.
- c) suportam o aumento da capacidade de processamento e armazenamento remotamente.
- d) suportam o aumento da capacidade dos recursos da rede de computadores localmente.
- e) suportam cópia de segurança remota de arquivos.

10. Assinale a opção que apresenta a solução que permite filtrar tentativas de acessos não autorizados oriundos

de outros ambientes e redes externas, contribuindo para a melhora do estado de segurança da informação de ambientes computacionais.

- a) certificado digital
- b) chave de criptografia
- c) rootkits
- d) firewall
- e) antivírus

Noções de Administração

11. Como proposto por Henry Fayol, o princípio geral da administração que estabelece a necessidade de especialização de empregados, desde a alta hierarquia até os trabalhadores operários, como forma de aprimorar a eficiência da produção e, conseqüentemente, aumentar a produtividade, é o princípio da

- a) ordem.
- b) equidade.
- c) divisão do trabalho.
- d) unidade de comando.
- e) disciplina.

12. O Ciclo PDCA foi descrito para obter uma forma sistematizada e dinâmica de promover a gestão da qualidade e a obtenção de resultados sempre melhores. Assinale a opção que nomina as etapas do ciclo PDCA.

- a) Planejar, realizar, verificar e atuar corretivamente.
- b) Promover, desenvolver, configurar e avaliar.
- c) Planejar, desenvolver, controlar e avaliar.
- d) Prever, descrever, controlar e avaliar.
- e) Promover, realizar, controlar e atuar corretivamente.

13. No tratamento de uma massa documental acumulada, o primeiro

procedimento a ser realizado com foco na conservação e preservação deve ser o(a)

- a) transferência.
- b) recolhimento.
- c) emulação.
- d) transcrição.
- e) higienização.

14. A movimentação de um documento de um setor para outro para que decisões sejam tomadas é uma atividade de protocolo denominada

- a) tramitação.
- b) registro.
- c) expedição.
- d) distribuição.
- e) classificação.

15. No programa GESPÚBLICA — modelo de excelência em gestão pública —, pensamento sistêmico é um fundamento que consiste

- a) na compreensão e segmentação do conjunto das atividades e dos processos da organização que agreguem valor para as partes interessadas.
- b) na busca contínua por novos patamares de conhecimento individual e coletivo, por meio de percepção, reflexão, avaliação e compartilhamento de informações e experiências.
- c) no alcance de resultados consistentes que assegurem aumento de valor tangível e intangível de forma sustentada para todas as partes interessadas.
- d) nas relações de interdependência entre os diversos componentes da organização, bem como entre a organização e o ambiente externo, com foco principal na sociedade.
- e) na indicação do rumo da organização e na constância de propósitos que a mantêm nesse rumo, estando diretamente

relacionado à capacidade de se estabelecer um estado futuro desejado para a organização.

Raciocínio Lógico

16. Assinale a opção que apresenta um argumento lógico válido.

- a) Todos os garotos jogam futebol e Maria não é um garoto, então Maria não joga futebol.
- b) Não existem cientistas loucos e Pedro não é louco. Logo, Pedro é um cientista.
- c) O time que ganhou o campeonato não perdeu nenhum jogo em casa, o vice colocado também não perdeu nenhum jogo em casa. Portanto, o campeão é o vice colocado.
- d) Todas as aves são humanas e nenhum cachorro é humano, logo nenhum cachorro é uma ave.
- e) Em Brasília moram muitos funcionários públicos, Gustavo é funcionário público. Logo, Gustavo mora em Brasília.

17. A negação da proposição “Cada uma das contas apresentadas por Fernando contém, no mínimo, dois erros contábeis.” corresponde a:

- a) Todas as contas apresentadas por Fernando contêm, pelo menos, um erro contábil.
- b) Nenhuma das contas apresentadas por Fernando contém, no mínimo, dois erros contábeis.
- c) Cada uma das contas apresentadas por Fernando contém, no máximo, um erro contábil.
- d) Pelo menos uma das contas apresentadas por Fernando contém, no máximo, um erro contábil.
- e) Pelo menos uma das contas apresentadas por Fernando contém, no mínimo, dois erros contábeis.

18. Maria tem dez anos de idade e já se decidiu: quer ser ou advogada ou bióloga ou policial civil, quer estudar ou na UFMA ou na USP ou na UFRJ, e, depois de formada, quer trabalhar ou em Brasília ou em Florianópolis ou em São Luís. Com base nessa situação hipotética e considerando que os eventos sejam independentes e tenham a mesma probabilidade, a probabilidade de Maria vir a ser advogada, formar-se na USP e trabalhar em Brasília será

- a) superior a 0 e inferior a 0,003.
- b) superior a 0,003 e inferior a 0,006.
- c) superior a 0,006 e inferior a 0,01.
- d) superior a 0,01 e inferior a 0,04.
- e) superior a 0,04 e inferior a 0,08.

Atualidades

19. A denominada “Operação Lava Jato” trata, segundo o Ministério Público Federal, do maior caso de corrupção e lavagem de dinheiro já apurado no Brasil, envolvendo um grande número de políticos, empreiteiros e empresas, como a Petrobras, a Odebrecht, entre outras. O nome do magistrado encarregado do julgamento em primeira instância, dos crimes apurados na mencionada operação é

- a) Sérgio Moro.
- b) Rodrigo Janot.
- c) Odilon de Oliveira.
- d) Gilmar Mendes.
- e) Michel Temer.

20. A economia brasileira voltou a crescer após oito trimestres seguidos de queda. Nos três primeiros meses de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) avançou 1,0% em relação ao 4º trimestre do ano passado, segundo

dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Um dos fatores que contribuiu para o crescimento do PIB foi a

- a) expansão dos setores do comércio e de serviços.
- b) redução do desemprego e do trabalho informal.
- c) manutenção das taxas básicas de juros.
- d) expressiva expansão do agronegócio.
- e) ampliação dos gastos do governo.

Noções de Direito Penal

21. Considerando os princípios constitucionais e legais informadores da lei penal, assinale a opção correta.

- a) Por adotar a teoria da ubiuidade, o CP reputa praticado o crime tanto no momento da conduta quanto no da produção do resultado.
- b) A lei material penal terá vigência imediata quando for editada por meio de medida provisória, impactando diretamente a condenação do réu se a denúncia já tiver sido recebida.
- c) Considerando os princípios informativos da retroatividade e ultratividade da lei penal, a lei nova mais benéfica será aplicada mesmo quando a ação penal tiver sido iniciada antes da sua vigência.
- d) A novatio legis in melius só poderá ser aplicada ao réu condenado antes do trânsito em julgado da sentença, pois somente o juiz ou tribunal processante poderá reconhecê-la e aplicá-la.
- e) Ainda que se trate de crime permanente, a novatio legis in pejus não poderá ser aplicada se efetivamente agravar a situação do réu.

22. Com relação às fontes e aos princípios de direito penal, bem como à aplicação e interpretação da lei penal

no tempo e no espaço, assinale a opção correta.

- a) No Código Penal brasileiro, adota-se, com relação ao tempo do crime, a teoria da ubiuidade.
- b) A lei penal brasileira aplica-se ao crime perpetrado no interior de navio de guerra de pavilhão pátrio, ainda que em mar territorial estrangeiro, dado o princípio da territorialidade.
- c) Segundo a doutrina majoritária, os costumes e os princípios gerais do direito são fontes formais imediatas do direito penal.
- d) Dado o princípio da legalidade estrita, é proibido o uso de analogia em direito penal.
- e) Dada a ampla margem de escolha atribuída ao legislador no que se refere à tipificação dos crimes e cominações de pena, é-lhe permitido tipificar crimes de perigo abstrato e criminalizar atitudes internas das pessoas, como orientações sexuais.

23. Antônio, junto com comparsa, abordou dois rapazes que caminhavam na rua e os ameaçou com um revólver de brinquedo, subtraindo do primeiro R\$ 20 e do segundo um isqueiro no valor de R\$ 8. Notificados da ocorrência, os componentes de uma guarnição da Polícia Militar de Pernambuco, ao final de rápida diligência, os localizaram e prenderam em situação de flagrância, já que estavam na posse da res furtiva. Durante a lavratura do flagrante, Antônio identificou-se com nome fictício, para esconder seus antecedentes criminais, não tendo exibido documento de identidade. Nessa situação hipotética, Antônio responderá pela prática de

- a) roubos em concurso formal mais falsidade ideológica.
- b) roubo impróprio.
- c) roubos em concurso formal mais falsa identidade em concurso material.
- d) roubo com majorante de uso de arma.
- e) roubo continuado.

24. Há crime quando o sujeito ativo pratica fato típico em função de

- a) estado de necessidade.
- b) coação moral irresistível.
- c) legítima defesa.
- d) estrito cumprimento do dever legal.
- e) exercício regular do direito.

25. Considera-se inimputável aquele que comete crime

- a) antes de completar dezoito anos de idade.
- b) em estado de embriaguez preordenada
- c) agindo em legítima defesa, o que o isenta de pena.
- d) sem ser inteiramente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, o que o isenta de pena.
- e) sob forte emoção ou paixão.

26. No que se refere aos crimes contra a dignidade sexual, assinale a opção correta.

- a) Em se tratando do crime de estupro de vulnerável, o consentimento da vítima ou o fato de ela já ter tido outra experiência sexual constituem causa legal de diminuição de pena.
- b) Ao crime de manutenção de casa de prostituição tem-se aplicado, majoritariamente, a teoria social da ação.
- c) A mediação para servir a lascívia de outrem, com o fim de lucro, denomina-se lenocínio questuário.
- d) O agente do crime de rufianismo ativo garante o seu sustento mediante a

exploração de alguém que exerce a prostituição.

- e) Os crimes de estupro e atentado violento ao pudor são tratados na lei como crimes hediondos somente se deles resultar lesão corporal de natureza grave ou morte.

27. Maria, que trabalhava havia anos em serviço terceirizado de limpeza, aproveitando-se de que o delegado-chefe da delegacia de polícia de Recife, onde trabalhava à época, estava ausente, entrou em sua sala e subtraiu para si um telefone celular que estava sobre a mesa. O delegado tinha total confiança em Maria, tanto que muitas vezes deixava bens públicos e privados sob seus cuidados. O bem subtraído foi avaliado em R\$ 3.000. Nessa situação hipotética, Maria responderá por

- a) furto qualificado por abuso de confiança.
- b) furto privilegiado.
- c) peculato.
- d) apropriação indébita.
- e) extravio.

28. Oficial de justiça que solicita determinada quantia em dinheiro a advogado, para deixar de cumprir diligência de que estava incumbido, comete o crime de

- a) tráfico de influência.
- b) concussão.
- c) prevaricação.
- d) corrupção ativa.
- e) corrupção passiva.

Noções de Direito Processual Penal

29. A respeito dos princípios gerais do direito processual penal e do inquérito policial, assinale a opção correta.

a) Lei processual que, de qualquer modo, altere rito procedimental, de forma a favorecer o acusado, aplica-se aos atos processuais praticados antes de sua vigência.

b) A incomunicabilidade do indiciado somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

c) O arquivamento do inquérito policial embasado no princípio da insignificância faz coisa julgada material, o que impede seu desarquivamento diante do surgimento de novas provas.

d) Expressamente previsto na Constituição Federal, o princípio do promotor natural garante a todo e qualquer indivíduo o direito de ser acusado por órgão imparcial do Estado, previamente designado por lei, vedada a indicação de acusador para atuar em casos específicos.

e) Diplomata de Estado estrangeiro que cometer crime de homicídio dentro do território nacional será processado conforme o que determina a lei processual brasileira.

30. No decurso do inquérito policial, o delegado prescinde de intervenção do Ministério Público ou de autorização judicial para

a) celebrar acordo de colaboração premiada com investigado.

b) utilizar meios coercitivos para obter a confissão do investigado.

c) proceder à reconstituição dos fatos objeto das investigações.

d) determinar a prisão preventiva de investigado.

e) realizar interceptação telefônica envolvendo investigado.

31. A instauração de inquérito penal independe da manifestação do ofendido no caso de crime de ação penal

a) pública incondicionada.

b) privada, se o ofendido for incapaz.

c) privada.

d) pública condicionada.

e) pública condicionada, se o ofendido houver falecido.

32. Indiciado em determinado inquérito policial, Pedro requereu, por meio de seu advogado, acesso aos autos da investigação. O requerimento foi negado pelo delegado de polícia. Nessa situação hipotética, a decisão da autoridade policial está

a) correta, pois, sendo procedimento inquisitório, não há de se falar em assistência de advogado no curso do inquérito policial.

b) incorreta, pois o exercício do direito de defesa e contraditório são plenamente aplicáveis ao inquérito policial.

c) incorreta, pois afronta o princípio da publicidade, igualmente aplicável às ações penais em curso e aos inquéritos policiais.

d) correta, pois o inquérito policial, sendo procedimento inquisitório, deve ser mantido em sigilo até o ajuizamento da ação penal.

e) incorreta, pois o acesso do indiciado, por meio de seu advogado, aos autos do procedimento investigatório é garantia de seu direito de defesa.

33. Em se tratando de ação penal, conceitua-se denúncia como

a) instrumento jurídico pelo qual o ofendido ou qualquer outra pessoa dá publicidade a um ato criminoso, com

vistas à instauração de investigação na qual se apure a autoria do ato.

b) ato em que o ofendido recorre ao Poder Judiciário para requerer a punição do autor de um ato criminoso.

c) instrumento processual pelo qual o Ministério Público invoca a jurisdição penal para imputar a acusado de crime de ação pública a prática dessa conduta criminosa.

d) instrumento jurídico pelo qual o cidadão comunica ao Poder Judiciário a prática de um ato criminoso, para que se proceda às investigações.

e) ato de se comunicar a prática de uma conduta criminosa à autoridade policial, para a instauração de inquérito policial para apurar a materialidade do ato e sua autoria.

34. Em consonância com a doutrina majoritária e com o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta acerca dos sistemas e princípios do processo penal.

a) O princípio da obrigatoriedade deverá ser observado tanto na ação penal pública quanto na ação penal privada.

b) O princípio da verdade real vigora de forma absoluta no processo penal brasileiro.

c) Na ação penal pública, o princípio da igualdade das armas é mitigado pelo princípio da oficialidade.

d) O sistema processual acusatório não restringe a ingerência, de ofício, do magistrado antes da fase processual da persecução penal.

e) No sistema processual inquisitivo, o processo é público; a confissão é elemento suficiente para a condenação; e as funções de acusação e julgamento são atribuídas a pessoas distintas.

35. Cessar o estado de flagrância se

a) findar a perseguição sem que o acusado seja alcançado.

b) estiver ausente ou impedido escrivão que lavre o auto de prisão.

c) transcorrer o prazo de vinte e quatro horas após a prática do ato criminoso.

d) inexisterem testemunhas da infração.

e) recursar-se o acusado a assinar o auto de prisão.

36. Ivo, indivíduo primário e com endereço fixo, foi preso em flagrante pela prática do delito de homicídio qualificado, definido como crime hediondo. Nessa situação hipotética, ao receber o auto de prisão em flagrante, caberá ao juiz

a) manter a prisão, por se tratar de crime insuscetível de liberdade provisória.

b) conceder liberdade provisória a Ivo, por ser ele réu primário com endereço fixo, ainda que verificada a presença dos requisitos da prisão preventiva.

c) conceder liberdade provisória a Ivo, se verificada a ausência dos requisitos da prisão preventiva, sem possibilidade de imposição do pagamento de fiança.

d) conceder liberdade provisória a Ivo, se verificada a ausência dos requisitos da prisão preventiva, com possibilidade de imposição do pagamento de fiança.

e) manter a prisão, ainda que reconhecida a ilegalidade da prisão em flagrante, tendo em vista a hediondez do crime.

Noções de Direito Administrativo

37. Agente público que se utiliza de publicidade governamental com a finalidade exclusiva de se promover viola o princípio da

a) eficiência.

b) moralidade.

c) autotutela.

- d) publicidade.
- e) motivação.

38. Em março de 2017, o governo de determinado estado da Federação declarou nulo ato que, de boa-fé, havia concedido vantagem pecuniária indevida aos ocupantes de determinado cargo a partir de janeiro de 2011. Nessa situação hipotética,

- a) o ato de anulação do ato que havia concedido vantagem pecuniária ofendeu diretamente o princípio da proporcionalidade.
- b) o ato de anulação foi legal, pois atendeu a todos os preceitos legais e jurisprudenciais sobre a extinção dos atos administrativos.
- c) o correto seria a revogação do ato, e não a sua anulação.
- d) a declaração de nulidade do ato é nula de pleno direito, pois ocorreu a decadência do direito.
- e) o princípio da autotutela da administração pública protege o ato de anulação determinado pelo governo.

39. Ato administrativo não vinculado de competência exclusiva do governador de estado que venha a ser publicado pelo secretário desse estado será considerado

- a) sanável, a depender do motivo do ato.
- b) insanável, se houver vício de forma.
- c) insanável, independentemente do objeto.
- d) sanável, por se tratar de vício de competência exclusiva.
- e) sanável, independentemente da finalidade do ato.

40. Com relação ao poder de polícia, julgue os itens a seguir.

I. A coercibilidade caracteriza-se pela possibilidade de a administração pública executar decisões pelos próprios meios, sem recorrer previamente ao Poder Judiciário.

II. A autoexecutoriedade caracteriza-se pela obrigação de os administrados observarem os comandos emitidos por atos de polícia.

III. Denomina-se originário o poder de polícia que abrange leis e atos administrativos provenientes de pessoas políticas da Federação.

IV. O poder de polícia é discricionário, mas limitado por lei.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

41. Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha sido instituída por iniciativa de particulares e que receba delegação do Poder Público mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social denomina-se

- a) organização social.
- b) entidade de apoio.
- c) empresa pública.
- d) organização da sociedade civil de interesse público.
- e) serviço social autônomo.

42. De acordo com a Lei Estadual n. 8.508/06, que dispõe sobre a reorganização da Polícia Civil do Estado do Maranhão e dá outras providências, são princípios institucionais da Polícia Civil, exceto:

- a) Probidade.

- b) Respeito ao Estado Democrático de Direito.
- c) Legalidade.
- d) Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos.
- e) Universalidade da Cobertura e do Atendimento.

43. Ao ser perguntado sobre quais eram as formas de provimento em cargo público no Estado do Maranhão, Nayara ficou em dúvida sobre quais, exatamente, seriam os casos previsto na Lei Estadual nº 6.107 de 1994. Diante disso, é incorreto afirmar que é forma de provimento a

- a) nomeação em comissão para cargo de confiança.
- b) recondução ao cargo.
- c) readaptação por problemas de saúde.
- d) reintegração por decisão judicial.
- e) promoção segundo critérios regularmente estabelecidos.

44. Determinado servidor público do Estado do Maranhão, após solicitar licença e ter seu pedido negado pelo seu chefe imediato, face ao não atendimento dos requisitos legais, decide, por si só, se ausentar intencionalmente de seu serviço pelo prazo de 31 dias consecutivos. Nessa hipótese, o mencionado servidor, de acordo com o estatuto dos servidores públicos do Estado do Maranhão, Lei nº 6.107/94, estará sujeito a pena de

- a) cassação de aposentadoria.
- b) advertência.
- c) demissão.
- d) multa proporcional aos dias da ausência.
- e) aposentadoria compulsória.

Noções de Direito Constitucional

45. Quanto à forma, o Estado brasileiro é classificado como

- a) democrático, embasado no princípio da igualdade.
- b) republicano, fundamentado na alternância do poder.
- c) republicano, sendo essa forma protegida como cláusula pétrea.
- d) Estado democrático de direito.
- e) federativo, sujeito ao princípio da indissolubilidade.

46. A Constituição Federal de 1988 veda a instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços relacionados às finalidades essenciais dos partidos políticos, dos sindicatos e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. De acordo com a classificação tradicional da eficácia das normas constitucionais, tal norma é de aplicabilidade

- a) imediata, embora de eficácia contida.
- b) diferida, pois de eficácia limitada.
- c) diferida, pois de eficácia contida
- d) imediata, pois de eficácia plena.
- e) imediata, embora de eficácia limitada.

47. Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- a) Tratados e convenções internacionais recepcionados pela República Federativa do Brasil, em geral, têm status equivalente ao das emendas constitucionais.
- b) Os direitos sociais relativos a educação, saúde, alimentação, trabalho e moradia constituem norma constitucional de conteúdo programático, razão por que não se pode exigir dos poderes públicos atuação no sentido de provê-los.

c) Os direitos e garantias individuais previstos no texto constitucional não são assegurados apenas às pessoas físicas brasileiras e estrangeiras residentes no país, alcançando também as pessoas jurídicas, como, por exemplo, no reconhecimento de indenização por danos morais por violação à imagem.

d) Em nome da proteção constitucional à privacidade, a quebra do sigilo de dados bancários, fiscais, ou informáticos de entes privados somente pode ser determinada por decisão judicial ou de comissão parlamentar de inquérito ou por requisição do Ministério Público.

e) A norma constitucional que prevê o livre exercício da atividade profissional tem eficácia limitada, uma vez que sua aplicabilidade depende da edição de lei posterior.

48. À luz das disposições da CF, assinale a opção correta acerca dos direitos e garantias individuais.

a) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumpri-la, o indivíduo poderá ser privado de seus direitos.

b) Diante de indícios veementes da prática de ilícitos no interior de determinada residência, o agente de polícia poderá realizar busca de provas no local sem o consentimento do morador e sem mandado judicial, desde que o faça durante o dia.

c) O cidadão que, naturalizado brasileiro, cometer crime comum em viagem a seu país de origem retornar ao Brasil poderá ser extraditado, bastando que haja

solicitação do país da nacionalidade anterior.

d) Servidor público que cometer crime no exercício da função não poderá ser condenado, na esfera penal, a partir de prova obtida por meio ilícito; no entanto, essa mesma prova, complementada por outras provas lícitas, poderá ser utilizada para aplicar penalidade em eventual processo administrativo movido contra o servidor.

e) O profissional que, trabalhando com divulgação de informações, veicular, em seu nome, notícia de fonte sigilosa não estará sujeito a responder por eventuais prejuízos que essa divulgação causar a outrem.

49. Com referência à defesa do Estado e das instituições democráticas, à segurança pública e aos direitos de nacionalidade, assinale a opção correta.

a) Os cargos de ministro de Estado da Defesa e o de ministro das Relações Exteriores, entre outros, são privativos de brasileiros natos.

b) Considera-se brasileiro nato o indivíduo nascido no estrangeiro e registrado em repartição brasileira competente, desde que seja filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que seus pais não estejam a serviço da República Federativa do Brasil.

c) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional aprovar previamente a decretação do estado de defesa e determinar o seu tempo de duração, bem como as áreas a serem abrangidas e as medidas coercitivas a vigorarem durante sua vigência.

d) O estado de sítio pode ser decretado em locais restritos e determinados, a fim de preservar a ordem pública ou a paz

social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional.

e) Ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais civis e militares cabem às polícias civis.

50. No regime presidencialista brasileiro, o presidente da República é o chefe de Estado e de governo da República Federativa do Brasil. As competências constitucionais do presidente da República incluem

a) editar decretos autônomos, nas hipóteses previstas na CF, atribuição que pode ser delegada ao advogado-geral da União.

b) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, o advogado-geral da União.

c) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, independentemente de aprovação do Congresso Nacional.

d) dar, de forma privativa, início ao processo legislativo de leis que disponham sobre criação de todo cargo, emprego e função dos Poderes da República.

e) expedir decretos orçamentários que inovem a ordem jurídica.

51. A respeito do Poder Legislativo, assinale a opção correta.

a) Cabe aos três poderes da União manter, de forma integrada, sistema de controle interno que inclua, entre suas finalidades, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo por crime de responsabilidade contra o procurador-geral da República.

c) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são compostos por

representantes dos estados, eleitos por meio do sistema proporcional.

d) No âmbito do processo legislativo, é permitido ao presidente da República vetar em parte um projeto de lei, podendo o veto parcial abranger fragmento de texto de artigo.

e) É vedada a edição de medida provisória relativa a direito civil ou a processo civil.

52. A respeito do Poder Judiciário, assinale a opção correta à luz da CF.

a) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF, nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, Poder Legislativo e à administração pública direta e indireta, em todas as esferas.

b) Compete ao STF julgar, em recurso extraordinário, as causas decididas em única instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

c) Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os prefeitos municipais.

d) A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que tem, entre outras funções, a de regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira, funciona junto ao STF.

e) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três meses do afastamento do cargo, por aposentadoria ou exoneração.

Legislação Especial

53. De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinale a opção incorreta.

- a) Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e submetem-se a tratamento adequado à sua condição de pessoas não-condenadas.
- b) Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou de outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. A sua liberdade pode ser condicionada a garantias que asseverem o seu comparecimento em juízo.
- c) A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita tão-somente às limitações prescritas pela lei, e que sejam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos ou as liberdades das demais pessoas.
- d) Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou sua resposta, nas condições estabelecidas pela lei.
- e) Constituem trabalhos forçados os trabalhos ou os serviços normalmente exigidos de pessoa reclusa para cumprimento de sentença.

54. Acerca do direito de representação e do processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade, e das demais disposições da Lei n.º 4.898/1965, assinale a opção correta.

- a) Só se considera autoridade, para os efeitos dessa lei, quem exerce cargo, emprego ou função pública em caráter permanente na administração pública direta da União, dos estados, do DF e dos municípios.
- b) A representação será dirigida exclusivamente ao órgão do MP que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada, devendo o réu ser denunciado no prazo de cinco dias.
- c) O processo administrativo instaurado concomitantemente ao criminal deverá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão da ação penal, a fim de que se evitem decisões conflitantes.
- d) Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, poderá ser cominada a pena de não poder o acusado exercer funções de natureza policial no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.
- e) Se o órgão do MP não oferecer a denúncia no prazo fixado na lei em questão, será admitida ação privada, não podendo o parquet futuramente intervir no feito ou retomar a ação como parte principal.

55. Com base na Lei n.º 8.069/1990, assinale a opção que apresenta medida passível de aplicação por autoridade competente tanto a criança quanto a adolescente que cometa ato infracional.

- a) prestação de serviços à comunidade
- b) internação em estabelecimento educacional
- c) requisição de tratamento psicológico
- d) inserção em regime de semiliberdade
- e) liberdade assistida

56. Acerca dos procedimentos e pressupostos legais da interceptação telefônica, assinale a opção correta.

- a) É possível a interceptação telefônica em investigação criminal destinada a apuração de delito de ameaça ocorrido em âmbito doméstico e abrangido pela Lei Maria da Penha.
- b) Pode o juiz, excepcionalmente, admitir o pedido de interceptação telefônica feito pela autoridade policial de forma verbal, condicionada a sua concessão à redução do pedido a termo.
- c) No curso das investigações e no decorrer da instrução criminal, a interceptação telefônica poderá ser determinada de ofício pelo juiz.
- d) Decisão judicial que indefira pedido de interceptação telefônica formulado por autoridade policial será irrecorrível; aquela decisão que indeferir requerimento formulado pelo MP poderá ser impugnada por recurso em sentido estrito.
- e) A interceptação telefônica inicialmente realizada sem autorização judicial poderá, mediante consentimento dos interlocutores, ser validada posteriormente pelo juiz da causa.

57. Quanto à legislação a respeito do crime de tortura, assinale a opção correta.

- a) A condenação por crime de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público, mas não a interdição para seu exercício.
- b) Não se aplica a lei de tortura se do fato definido como crime de tortura resultar a morte da vítima.
- c) O condenado por crime previsto na lei de tortura inicia o cumprimento da pena em regime semiaberto ou fechado, vedado o cumprimento da pena no regime inicial aberto.

d) Aquele que se omite em face de conduta tipificada como crime de tortura, tendo o dever de evitá-la ou apurá-la, é punido com as mesmas penas do autor do crime de tortura.

e) Pratica crime de tortura a autoridade policial que constrange alguém, mediante emprego de grave ameaça e causando-lhe sofrimento mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

58. Considerando o disposto na Lei n.º 11.343/2006 e o posicionamento jurisprudencial e doutrinário dominantes sobre a matéria regida por essa lei, assinale a opção correta.

a) Em processo de tráfico internacional de drogas, basta a primariedade para a aplicação da redução da pena.

b) Dado o instituto da delação premiada previsto nessa lei, ao acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial podem ser concedidos os benefícios da redução de pena, do perdão judicial ou da aplicação de regime penitenciário mais brando.

c) É vedada à autoridade policial a destruição de plantações ilícitas de substâncias entorpecentes antes da realização de laudo pericial definitivo, por perito oficial, no local do plantio.

d) Para a configuração da transnacionalidade do delito de tráfico ilícito de drogas, não se exige a efetiva transposição de fronteiras nem efetiva coautoria ou participação de agentes de estados diversos.

e) O crime de associação para o tráfico se consuma com a mera união dos envolvidos, ainda que de forma individual e ocasional.

59. Júlio, durante discussão familiar com sua mulher no local onde ambos residem, sem justo motivo, agrediu-a, causando-lhe lesão corporal leve. Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 11.340/2006 e o entendimento do STJ,

- a) a ofendida poderá renunciar à representação, desde que o faça perante o juiz.
- b) a ação penal proposta pelo Ministério Público será pública incondicionada.
- c) a autoridade policial, independentemente de haver necessidade, deverá acompanhar a vítima para assegurar a retirada de seus pertences do domicílio familiar.
- d) Júlio poderá ser beneficiado com a suspensão condicional do processo, se presentes todos os requisitos que autorizam o referido ato.
- e) Júlio poderá receber proposta de transação penal do Ministério Público, se houver anuência da vítima.

60. Sobre a Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, assinale a alternativa correta:

- a) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica e essenciais, porém, não exclusivas de Estado.
- b) Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal somente por meio de inquérito policial, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.
- c) Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia representar ao juiz para a realização de perícias, obtenção

de informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.

- d) A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado.
- e) Em nenhuma hipótese, o inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico.

Gabarito

1. E	2. A	3. B	4. C	5. E	6. B	7. C	8. C	9. E	10. D
11. C	12. A	13. E	14. A	15. D	16. D	17. D	18. D	19. A	20. D
21. C	22. B	23. C	24. B	25. A	26. C	27. A	28. E	29. C	30. C
31. A	32. E	33. C	34. C	35. A	36. C	37. B	38. D	39. C	40. E
41. A	42. E	43. E	44. C	45. E	46. A	47. C	48. A	49. B	50. A
51. A	52. B	53. E	54. D	55. C	56. B	57. E	58. D	59. B	60. D

Como foi?

Acertou várias?

Esperamos que sim!

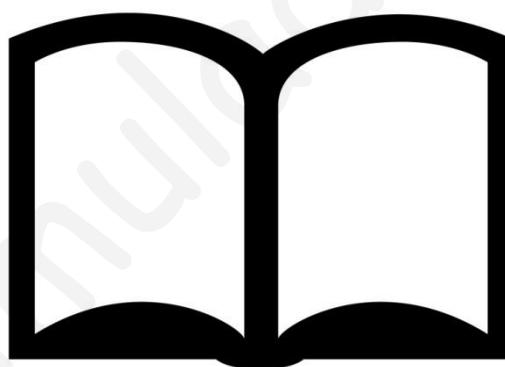
Leia e releia as questões que você errou.

Avalie-nos quanto a esse Simulado.

Fique a vontade para sugerir novas provas!

Obrigado por confiar em nós.

Rumo à Aprovação!



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!